



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Judiciária**  
**Especialidade Execução de Mandados**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AX', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.





## CONHECIMENTOS BÁSICOS

## Português

Nesta prova, considera-se uso correto da língua portuguesa o que está em conformidade com o padrão culto escrito.

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, considere o texto abaixo.

1 *Esta é uma história da Bossa Nova e dos rapazes e moças que a fizeram, quando eles tinham entre quinze e trinta anos. É também um livro que se pretende o mais factual e objetivo possível. Evidente*  
5 *que, tendo sido escrito por alguém que vem ouvindo Bossa Nova desde que ela ganhou este nome (e que nunca se conformou quando o Brasil começou a trocá-la por exotismos), uma certa dose de paixão acabou se intrometendo na receita – sem interferir, espero, pró ou*  
10 *contra, na descrição da trajetória de qualquer personagem. Os seres humanos, assim como os LPs, têm lados A e B, e houve um esforço máximo para que ambos fossem mostrados.*

*Para compor essa história, as informações foram*  
15 *buscadas em primeira mão, entre os protagonistas, coadjuvantes ou figurantes de cada evento aqui descrito, citados na lista de agradecimentos. Toda informação importante foi checada e recheçada com mais de*  
20 *uma fonte. A natureza de certas informações torna impossível que sejam especificadas como “entrevista realizada no dia X, na cidade Y, com Fulano de Tal”, porque isto seria a quebra de um preceito ético de*  
25 *proteção à fonte. No caso de fontes que não se furtaram a ser identificadas, estas são mencionadas no corpo do texto. As histórias aqui incluídas levaram em conta apenas a importância que tiveram no desenvolvimento ou na carreira deste ou daquele artista ou da Bossa Nova em conjunto.*

(Ruy Castro, “Introdução e agradecimentos”. **Chega de saudade:** a história e as histórias da Bossa Nova. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 15)

1. O autor do texto

- (A) define o foco da pesquisa que deu origem ao livro: a reação de pessoas entre quinze e trinta anos diante do desenvolvimento da Bossa Nova.
- (B) assume ter pretendido escrever uma história apaixonada sobre a Bossa Nova, o que o leva a pedir a indulgência do leitor quanto às inadequações decorrentes dessa intenção.
- (C) advoga para seu relato a condição de “história”, por cumprir o protocolo científico: absoluta fidelidade na descrição dos fatos, dados definitivos e cabal objetividade.
- (D) emprega simultaneamente *história* e *histórias*, o que libera a obra do compromisso com o constatável, como o ratifica o uso das palavras típicas da ficção *personagem, protagonistas, coadjuvantes e figurantes*.
- (E) explicita a perspectiva adotada na produção da obra referindo-se a si próprio predominantemente em terceira pessoa, sem deixar, entretanto, em dado momento, de assumir diretamente sua voz.

2. Compreende-se corretamente do texto:

- (A) a comparação entre *LPs* e *seres humanos* (linha 11) se fundamenta no traço comum “caráter bifronte”.
- (B) ao fazer referência a *um esforço máximo* (linha 12), o autor expressa sua concepção de que a volubilidade torna os seres humanos indecifráveis.
- (C) ao referir-se a informações *em primeira mão* (linha 15), o autor informa que os eventos que compõem a história escrita por ele jamais tinham vindo a público.
- (D) a caracterização de *entrevista* (linhas 20 e 21) prepara o leitor para a decodificação de certas informações que são tratadas de modo cifrado no livro.
- (E) as *histórias* que compõem o livro (linha 25) não possuem relevo próprio, merecendo presença na obra unicamente por tangenciarem a trajetória da Bossa Nova.

3. No primeiro parágrafo do texto,

- (A) *Esta* (linha 1) e *a* (linha 2) são pronomes que se antecipam ao elemento a que cada um deles se refere.
- (B) o segmento introduzido pelo travessão (linha 9) expressa um julgamento que traz as marcas de uma presunção.
- (C) foram empregados com sentido equivalente os segmentos *uma história da Bossa Nova* (linha 1), *um livro* (linha 3) e *escrito* (linha 5).
- (D) os parênteses (linhas 6 a 8) acolhem explicação sobre o que ocorreu com a Bossa Nova quando o Brasil começou a trocá-la por exotismos.
- (E) a frase *quando eles tinham entre quinze e trinta anos* (linhas 2 e 3) delimita o período da concomitância entre a vivência dos jovens e o ato de escrita da obra.

4. No contexto, o segmento que expressa uma **causa** é:

- (A) (linha 2) *que a fizeram*.
- (B) (linhas 3 e 4) *que se pretende o mais factual e objetivo possível*.
- (C) (linha 5) *tendo sido escrito por alguém*.
- (D) (linhas 8 e 9) *uma certa dose de paixão acabou se intrometendo na receita*.
- (E) (linhas 14 e 15) *as informações foram buscadas em primeira mão*.

5. O segmento do texto que, tendo sido transformado, preserva a correção original é:

- (A) qualquer que sejam as personagens.
- (B) devem haver muitas fontes mencionadas no corpo do texto.
- (C) torna inacessível as especificações desejáveis.
- (D) as fontes devem serem especificadas.
- (E) os esforços haveriam de ser grandes.



**Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 8, considere o texto abaixo.

*“A conciliação, antes de tudo, tem proporcionado às partes o efetivo acesso à Justiça, pois elas participam diretamente no resultado apaziguador do conflito. Além de despertar no cidadão o sentimento de segurança e confiança, encorajando-o na defesa de seus direitos, a conciliação devolve credibilidade, eficiência e, sobretudo, rapidez na prestação jurisdicional”. Com essas palavras, o desembargador federal coordenador do gabinete da Conciliação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), Antonio Cedenho, define o que é este ato capaz de reduzir processos na justiça.*

(Viviane Ponstinnicoff. “Conciliação é a solução”. **Justiça em Revista** – publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo. Ano IV- dezembro 2010, n. 20, p. 6)

6. É INCORRETO afirmar que, no contexto, o emprego de

- (A) *antes de tudo* cria a expectativa de que muitas são as vantagens advindas da conciliação.
- (B) *efetivo* deixa subentendida a ideia de que nem sempre os cidadãos veem cumprido seu direito à Justiça.
- (C) *tem proporcionado* é indicador de fato repetido ou contínuo.
- (D) *diretamente* faz supor que há procedimentos jurídicos em que as partes se fazem representar por interpostos.
- (E) *apaziguador* permite a conclusão de que todos os processos que chegam ao gabinete da Conciliação terminam com o acordo entre as partes.

7. A substituição que garante o sentido original, com clareza e correção, é:

- (A) *e, sobretudo, rapidez na prestação jurisdicional* **por** “e sobretudo, rapidez na prestação jurisdicional”.
- (B) *despertar no cidadão* **por** despertar-lhe.
- (C) *encorajando-o na defesa de seus direitos* **por** encorajando este na sua defesa de direitos.
- (D) *pois* **por** porquanto.
- (E) *Antonio Cedenho, define* **por** “Antonio Cedenho define”.

8. A conciliação, antes de tudo, tem proporcionado às partes o efetivo acesso à Justiça, pois elas participam diretamente no resultado apaziguador do conflito.

Transpondo o segmento destacado na frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante é:

- (A) têm proporcionado.
- (B) tem sido proporcionado.
- (C) tinham proporcionado.
- (D) era proporcionado.
- (E) foi proporcionado.

9. A frase redigida de modo claro e condizente com o padrão culto escrito é:

- (A) A criação, coordenação e assessoria a cursos profissionalizantes está a cargo de ambos os formados na área, de cujo conhecimento de ponta muito se depende.
- (B) Advoguei junto ao chefe do rapaz que sua atuação tanto profissional como em sociedade não deixava nada à desejar, o que lhe ajudou bastante naquela pendência.
- (C) Ele era o único que espontaneamente se dignava de ouvir-nos a todos, sem exceção, e consentia prazeroso até o depoimento mais insosso ou desajeitado.
- (D) Não posso atribuir unicamente a precária condição de acesso à Educação a apenas a condição de miscigenação dos que desejam ascender à sua dignidade.
- (E) Os resultados da pesquisa científica levada a efeito no ano passado deve ser aberta àquele núcleo que a instigou, não devendo ficar restrito aos especialistas.

10. Está correta a seguinte frase:

- (A) Já está inserto na obra o trecho em que ele afirma acreditar muito na água que considera benta, pois diz que, tendo sido benzida em dia de muito fervor, é miraculosa.
- (B) Urge, e ninguém discorda disso, as medidas já anunciadas, porém se o secretário dispuser de imediato de toda a verba prometida, poderá haver problemas mais à frente.
- (C) Tratam-se de advertências as mais singulares, entre elas a que incita os cidadãos a que remediem por si só os danos cuja reparação está legalmente sob o dever do estado.
- (D) O presidente advertiu Vossa Excelência para que não deixeis passar o prazo previsto no acordo, caso em que sereis responsabilizado legalmente pelo decurso.
- (E) Tenho exausto minhas forças nesse pretencioso projeto, mas nem que consiga o octagésimo lugar no concurso, que é o último, espero vê-lo analisado.

11. A redação correta é:

- (A) A regente insistiu junto à auxiliar que caberia à ela falar com a imprensa e nós, não aquiescendo, impusemos que a mídia tem de lidar com nós mesmos, os funcionários.
- (B) Diz-se que o tio é mais bom do que preparado, mas o convívio com a adolescente tem sido dulcíssimo, em que lhe pesem os excessivos maus humores da jovem.
- (C) Pai extremoso, ele soe ser o melhor conselheiro dos filhos, salvo se o exacerbam os ânimos ao reincidirem pela enésima vez no mesmo erro.
- (D) Em se cuidando dessa doença no início, não existe dúvidas de que haverá cura – é o que os Estados Unidos, recentemente, provou ao mundo.
- (E) Desejando intensamente alçar-se diretor e ele passou a agir com zelo e discrição, não exitando em exceder suas funções e o horário do fim do expediente.



12. A única frase NÃO pontuada corretamente é:
- (A) É minha opinião, que não se deve falar mal de ninguém; e menos ainda daqueles que prestam serviços públicos: estes querendo ou não, estão a nosso serviço cotidianamente.
- (B) Só muito tempo depois de sua partida (vejam o que é a indecisão imposta pelo medo!), compreendi que era só uma mudança de bairro, e então prometi que a visitaria logo.
- (C) À beira de um ano novo – e quase à beira do outro século –, a imprensa discutia ainda a mesma questão, crucial, sem dúvida, que ocupara por décadas o espírito dos homens públicos.
- (D) Encontrando o rapaz no lugar combinado, não o saudei; olhei-o, porém, fixamente, e sorri, é verdade, mas como se fosse para alguém a quem se cumprimenta só por obrigação.
- (E) A mais alta delas andava rapidamente; a outra, cantando e sorrindo, fazia dos passos um modo de brinquedo, então bastante em moda entre os mais jovens.

**Matemática**

13. Dos números que aparecem nas alternativas, o que mais se aproxima do valor da expressão  $(0,619^2 - 0,599^2) \times 0,75$  é:
- (A) 0,0018.
- (B) 0,015.
- (C) 0,018.
- (D) 0,15.
- (E) 0,18.
14. Certo dia, Jasão – Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho – recebeu um lote de processos, em cada um dos quais deveria emitir seu parecer. Sabe-se que ele executou a tarefa em duas etapas: pela manhã, em que emitiu pareceres para 60% do total de processos e, à tarde, em que os emitiu para os processos restantes. Se, na execução dessa tarefa, a capacidade operacional de Jasão no período da tarde foi 75% da do período da manhã, então, se pela manhã ele gastou 1 hora e 30 minutos na emissão dos pareceres, o tempo que gastou na emissão dos pareceres à tarde foi:
- (A) 1 hora e 20 minutos.
- (B) 1 hora e 30 minutos.
- (C) 1 hora e 40 minutos.
- (D) 2 horas e 20 minutos.
- (E) 2 horas e 30 minutos.

15. Considere que Asdrúbal tem um automóvel que, em média, percorre 14 quilômetros de estrada com 1 litro de gasolina. Certo dia, após ter percorrido 245 quilômetros de uma rodovia, Asdrúbal observou que o ponteiro do marcador da gasolina, que anteriormente indicava a ocupação de  $\frac{5}{8}$  da capacidade do tanque, passara a indicar uma ocupação de  $\frac{1}{3}$ . Nessas condições, é correto afirmar que a capacidade do tanque de gasolina desse automóvel, em litros, é:
- (A) 50.
- (B) 52.
- (C) 55.
- (D) 60.
- (E) 65.

16. Ultimamente tem havido muito interesse no aproveitamento da energia solar para suprir outras fontes de energia. Isso fez com que, após uma reforma, parte do teto de um salão de uma empresa fosse substituída por uma superfície retangular totalmente revestida por células solares, todas feitas de um mesmo material. Considere que:
- células solares podem converter a energia solar em energia elétrica e que para cada centímetro quadrado de célula solar que recebe diretamente a luz do sol é gerada 0,01 watt de potência elétrica;
  - a superfície revestida pelas células solares tem 3,5 m de largura por 8,4 m de comprimento.
- Assim sendo, se a luz do sol incidir diretamente sobre tais células, a potência elétrica que elas serão capazes de gerar em conjunto, em watts, é:
- (A) 294 000.
- (B) 38 200.
- (C) 29 400.
- (D) 3 820.
- (E) 2 940.

17. Uma pessoa fez duas aplicações em um regime de capitalização a juros simples: em uma delas, aplicou  $\frac{2}{5}$  de um capital de X reais à taxa mensal de 2% e, após 5 meses, aplicou o restante à taxa mensal de 1,5%. Se, decorridos 15 meses da primeira aplicação, os montantes de ambas totalizavam R\$ 21 780,00, o valor de X era
- (A) R\$ 20 000,00.
- (B) R\$ 18 000,00.
- (C) R\$ 17 500,00.
- (D) R\$ 16 500,00.
- (E) R\$ 16 000,00.



18. Ao saber que alguns processos deviam ser analisados, dois Analistas Judiciários do Tribunal Regional do Trabalho – Sebastião e Johnny – se incumbiram dessa tarefa. Sabe-se que:

- dividiram o total de processos entre si, em partes inversamente proporcionais a seus respectivos tempos de serviço no Tribunal: 15 e 5 anos;
- Sebastião levou 4 horas para, sozinho, analisar todos os processos que lhe couberam, enquanto que, sozinho, Johnny analisou todos os seus em 6 horas.

Se não tivessem dividido o total de processos entre si e trabalhassem simultaneamente em processos distintos, quanto tempo seria necessário até que todos os processos fossem analisados?

- (A) 5 horas e 20 minutos.
- (B) 5 horas.
- (C) 4 horas e 40 minutos.
- (D) 4 horas e 30 minutos.
- (E) 4 horas.

19. Certo dia, um Analista Judiciário digitou parte de um texto sobre legislação trabalhista. Ele executou essa tarefa em 24 minutos, de acordo com o seguinte procedimento:

- nos primeiros 8 minutos, digitou a quarta parte do total de páginas do texto e mais  $\frac{1}{4}$  de página;
- nos 8 minutos seguintes, a terça parte do número de páginas restantes e mais  $\frac{1}{3}$  de página;
- nos últimos 8 minutos, a metade do número de páginas restantes e mais  $\frac{1}{2}$  página.

Se, dessa forma, ele completou a tarefa, o total de páginas do texto era um número

- (A) quadrado perfeito.
- (B) par.
- (C) compreendido entre 1 e 10.
- (D) compreendido entre 10 e 15.
- (E) compreendido entre 15 e 20.

20. Suponha que a sala de audiência de uma Vara Trabalhista será reformada e ficará com a forma de um retângulo que tem 67,2 m de perímetro. Para que a área dessa sala seja máxima as suas dimensões deverão ser:

- (A) 37,2 m × 39,0 m.
- (B) 33,6 m × 33,6 m.
- (C) 21,4 m × 12,2 m.
- (D) 16,8 m × 16,8 m.
- (E) 15,6 m × 18,0 m.

### Legislação

21. É cabível remoção a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for

- (A) superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
- (B) inferior ao número de vagas, em conformidade com normas estabelecidas pelo Poder Público em que aqueles estejam designados.
- (C) superior ao número de vagas, a critério da autoridade competente, desde que presente o interesse público, independentemente da respectiva lotação.
- (D) inferior ao número de vagas, a critério da autoridade competente, quando necessário ao atendimento de situações emergenciais do órgão ou entidade.
- (E) igual ao número de vagas, de acordo com normas estabelecidas pelo órgão público independentemente do local da respectiva designação.

22. Antonio, analista judiciário de um Tribunal Regional do Trabalho, tendo preenchido as condições legais, receberá auxílio-moradia. Entretanto, dentre esses requisitos, deve saber que a referida vantagem

- (A) no caso de falecimento, exoneração ou aquisição de imóvel, esse servidor público perderá, de imediato, o auxílio-moradia, mas receberá indenização equivalente a dois meses .
- (B) tem valor limitado a trinta por cento do valor do cargo em comissão ocupado pelo servidor e, em qualquer hipótese, não poderá ser superior ao auxílio-moradia recebido pelo respectivo Presidente do Tribunal.
- (C) não será concedida por prazo superior a oito anos dentro de cada período de doze anos, ainda que o servidor mude de cargo ou de Município de exercício do cargo.
- (D) será concedida por prazo de até três anos quando exercer cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, níveis 3, 4 e 5, de Natureza Especial, vedada qualquer prorrogação.
- (E) tem valor limitado a vinte e cinco por cento da retribuição do cargo ocupado pelo mencionado servidor, mas em hipótese especial e temporária pode ser superior ao auxílio-moradia recebido pela Presidência do Tribunal.

23. Alcebiades, servidor do Tribunal Regional do Trabalho, 4ª Região, vem acumulando, ilegalmente, seu cargo de analista judiciário com emprego em sociedade de economia mista federal, enquanto Ana Maria, também analista judiciário, vem exercendo atividades incompatíveis com o exercício do cargo e com o respectivo horário de trabalho. Nesses casos, esses servidores públicos estarão sujeitos, respectivamente, às penas de

- (A) destituição do cargo e de disponibilidade.
- (B) demissão e de suspensão, podendo esta ser convertida em multa.
- (C) exoneração de ofício do cargo ou emprego e de demissão.
- (D) disponibilidade não remunerada e de advertência conversível em multa.
- (E) suspensão não conversível em multa e de destituição do cargo.



24. No que diz respeito à delegação de competência no processo administrativo próprio da Administração Pública Federal, é certo que
- (A) será permitida, em qualquer hipótese, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
  - (B) poderá ser objeto de delegação, entre outras, a edição de atos de caráter normativo ou matérias de competência privativa do órgão administrativo.
  - (C) o ato de delegação não pode ser anulado ou revogado pela Administração, sendo necessária a providência cabível ao Poder Judiciário.
  - (D) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
  - (E) inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deve iniciar-se perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
25. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários a tomada de decisão devem atender a certos requisitos. E, no que se refere à consulta e audiência pública, é correto afirmar que,
- (A) é vedada aos órgãos e entidades administrativas, em qualquer hipótese, o estabelecimento de outros meios de participação de administrados.
  - (B) os resultados da audiência pública devem ser apresentados com a indicação do procedimento adotado, condição desnecessária quando tratar-se de consulta pública.
  - (C) tendo em vista a natureza informal da consulta pública, são admitidas no processo administrativo quaisquer espécies de provas, inclusive as obtidas por meio ilícitos.
  - (D) a consulta pública é cabível em todas as matérias do processo, ainda que envolvam assuntos de matéria individual, salvo os de natureza difusa em razão das peculiaridades da consulta e da audiência pública.
  - (E) os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de associações legalmente reconhecidas.
- Noções de Informática**
26. O elemento que ajuda a minimizar a diferença de desempenho entre o processador e demais componentes dos computadores atuais é
- (A) a memória cache.
  - (B) a memória principal.
  - (C) o disco rígido.
  - (D) o barramento PCI.
  - (E) o barramento USB.
27. Quando um navegador de Internet comunica-se com servidores Web, através do endereço *www.trt4.jus.br*, para efetuar pedidos de arquivos, e processa as respostas recebidas, poderão estar sendo utilizados os protocolos
- (A) POP3 e HTML.
  - (B) IMAP e XML.
  - (C) IMAP E HTML.
  - (D) SMTP e FTP.
  - (E) HTTP e HTML.
28. No Windows Explorer do Windows XP, um clique com o mouse no símbolo **[+]** que precede uma pasta na janela esquerda da área de trabalho trará como resultado a exibição
- (A) apenas das respectivas subpastas em ambas as janelas da área de trabalho.
  - (B) das pastas na janela esquerda e dos arquivos na janela direita da área de trabalho.
  - (C) apenas das respectivas subpastas nessa mesma janela da área de trabalho.
  - (D) das respectivas subpastas e arquivos em ambas as janelas da área de trabalho.
  - (E) apenas os respectivos arquivos na janela direita da área de trabalho.
29. São itens de mesmo nome e funcionalidade do menu Ferramentas nos editores de textos do Microsoft Office e do BrOffice.org:
- (A) Numeração de linhas; Galeria; AutoResumo.
  - (B) AutoResumo; Galeria; Proteger Documento.
  - (C) Numeração de linhas; AutoResumo; Ortografia e gramática.
  - (D) Ortografia e gramática; Idioma; Opções de autocorreção.
  - (E) Idioma; Notas de rodapé; Modelos e suplementos.
30. É uma forma de fraude eletrônica, caracterizada por tentativas de roubo de identidade. Ocorre de várias maneiras, principalmente por e-mail, mensagem instantânea, SMS, dentre outros, e, geralmente, começa com uma mensagem de e-mail semelhante a um aviso oficial de uma fonte confiável, como um banco, uma empresa de cartão de crédito ou um site de comércio eletrônico. Trata-se de
- (A) *Hijackers*.
  - (B) *Phishing*.
  - (C) *Trojans*.
  - (D) *Wabbit*.
  - (E) *Exploits*.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Direito Constitucional**

31. O conteúdo do princípio constitucional da legalidade,
- (A) não exclui a possibilidade de atividade discricionária pela Administração Pública, desde que observados os limites da lei, quando esta deixa alguma margem para a Administração agir conforme os critérios de conveniência e oportunidade.
- (B) impede o exercício do poder discricionário pela Administração, haja vista que esse princípio está voltado para a prática dos atos administrativos vinculados, punitivos e regulamentares.
- (C) autoriza o exercício do poder discricionário pelo administrador público, com ampla liberdade de escolha quanto ao destinatário do ato, independentemente de previsão normativa.
- (D) impede a realização de atos administrativos decorrentes do exercício do poder discricionário, por ser este o poder que a lei admite ultrapassar os seus parâmetros para atender satisfatoriamente o interesse público.
- (E) traça os limites da atuação da Administração Pública quando pratica atos discricionários externos, mas deixa ao administrador público ampla liberdade de atuação para os atos vinculados internos.

32. Analise:

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.
- II. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Em conformidade com o aspecto doutrinário, as referidas disposições caracterizam-se, respectivamente, como normas constitucionais de

- (A) eficácia plena e de eficácia negativa.
- (B) princípio programático e de eficácia contida.
- (C) eficácia restringível e de eficácia absoluta.
- (D) princípio programático e de eficácia plena.
- (E) eficácia relativa e de princípio programático.

33. Os agentes administrativos submetidos ao regime estatutário, ou sejam, os servidores públicos; os agentes políticos, a exemplo dos chefes dos Executivos; e os empregados públicos como os presidentes de empresas públicas, estão sujeitos ao sistema remuneratório consistente, técnica e respectivamente, na categoria de

- (A) vantagens pecuniárias, salário e subsídio.
- (B) vantagens pecuniárias, vencimentos e salário.
- (C) subsídio, vencimentos e salário.
- (D) vencimentos, subsídio e salário.
- (E) vencimentos, vantagens pecuniárias e subsídio.

34. A acusação contra o Presidente da República por crime de responsabilidade

- (A) não o considera denunciado até a manifestação definitiva do Superior Tribunal de Justiça pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) considera-o como indiciado, garantindo-lhe a defesa, mas não a nulidade do procedimento.
- (C) implica na suspensão obrigatória de suas funções em razão da denúncia até a decisão final.
- (D) não o coloca na condição de acusado ou indiciado, tendo em vista o princípio da presunção de inocência.
- (E) coloca-o na condição de acusado, assegurando-lhe o direito a ampla defesa e o contraditório, sob pena de nulidade do procedimento.

35. Com exceção do Presidente e do Vice-Presidente, os demais membros do Conselho Nacional de Justiça serão nomeados pelo

- (A) Presidente da República, após a escolha ser aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (B) Ministro da Justiça, mediante prévia aprovação da escolha pela maioria simples do Congresso Nacional.
- (C) Presidente do Supremo Tribunal Federal, após a escolha ser aprovada pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- (D) Presidente da República, mediante prévia aprovação da escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (E) Presidente do Supremo Tribunal Federal, após ter a escolha sido aprovada pela maioria simples do Senado Federal.

**Direito Processual do Trabalho**

36. Considere as seguintes assertivas a respeito da representação:

- I. É inadmissível em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, ainda que mediante protesto por posterior juntada, já que a interposição de recurso não pode ser reputada ato urgente.
- II. Nas Reclamatórias Plúrimas os empregados não poderão fazer-se representar pelo Sindicato de sua categoria, tendo em vista que não se trata de dissídio coletivo, mas sim de dissídio individual com diversos reclamantes.
- III. É válido o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.
- IV. Não configura irregularidade de representação o fato do substabelecimento ser anterior à outorga passada ao substabelecido, tratando-se de mera irregularidade formal.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.



<p>37. De acordo com a Lei nº 8.009/90, o bem de família NÃO poderá ser penhorado</p> <p>(A) pelo credor de pensão alimentícia.</p> <p>(B) em razão dos créditos trabalhistas em geral.</p> <p>(C) para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal.</p> <p>(D) para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.</p> <p>(E) para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento.</p>	<p>40. Contra despacho monocrático que indeferir a petição inicial de ação rescisória caberá</p> <p>(A) agravo regimental para o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(B) recurso de revista para o próprio Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>(C) agravo regimental para o próprio Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>(D) recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(E) agravo de instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho.</p>
<p>38. Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança</p> <p>(A) caberá recurso ordinário, no prazo de oito dias, para uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho prolator da decisão.</p> <p>(B) não caberá recurso, por expressa vedação legal, tratando-se de hipótese de ação rescisória, desde que preenchido os requisitos.</p> <p>(C) caberá recurso ordinário, no prazo de oito dias, para o pleno do Tribunal Regional do Trabalho prolator da decisão.</p> <p>(D) caberá recurso de revista, no prazo de quinze dias, para o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(E) caberá recurso ordinário, no prazo de oito dias, para o Tribunal Superior do Trabalho.</p>	<p>41. A empresa X possui 3 empregados; a Empresa Y possui 7 empregados e a empresa Z possui 10 empregados. Em reclamação trabalhista relativa ao pagamento de horas extras laboradas, NÃO terá o ônus de provar as horas trabalhadas com a apresentação do controle de frequência</p> <p>(A) a empresa Z, somente.</p> <p>(B) a empresa X, somente.</p> <p>(C) as empresas X e Y, somente.</p> <p>(D) as empresas Y e Z, somente.</p> <p>(E) as empresas X, Y e Z.</p>
<p>39. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Recursos:</p> <p>I. Em relação às questões de ordem pública, que devam ser conhecidas de ofício, pode o juiz ou tribunal decidi-las ainda que não constem das razões recursais ou contra-razões, gerando o denominado efeito extensivo do recurso.</p> <p>II. Em dissídio individual não está sujeita ao duplo grau de jurisdição decisão contrária à Fazenda Pública, quando a condenação não ultrapassar 60 salários mínimos.</p> <p>III. O Ministério Público do Trabalho possui o prazo de 16 dias para interpor recurso ordinário.</p> <p>IV. As sociedades de economia mista possuem o prazo de 16 dias para interpor agravo de instrumento.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em:</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I e II.</p>	<p>42. Foi afixado na sede do juízo e publicado no jornal local, com antecedência de dez dias, edital com dia, hora e local em que ocorrerá leilão de apartamento penhorado em um processo. Neste caso, o ato é</p> <p>(A) anulável tendo em vista disposição expressa neste sentido na Consolidação das Leis do Trabalho, podendo tal nulidade ser alegada apenas pelo Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(B) válido e eficaz tendo em vista que todas as formalidades legais foram devidamente respeitadas.</p> <p>(C) nulo por desatender formalidade legal prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>(D) anulável tendo em vista disposição expressa neste sentido na Consolidação das Leis do Trabalho, podendo tal nulidade ser alegada apenas pela parte prejudicada.</p> <p>(E) válido desde que este edital forneça prazo de trinta dias para a manifestação expressa de credores quirografários e com garantia real.</p> <p>43. No processo trabalhista NÃO caberá recurso adesivo em face de</p> <p>(A) recurso de revista.</p> <p>(B) agravo de instrumento.</p> <p>(C) recurso ordinário.</p> <p>(D) agravo de petição.</p> <p>(E) recurso de embargos.</p>





**Direito do Trabalho**

44. Trata-se de hipótese de interrupção do contrato de trabalho
- (A) o período de afastamento para desempenho de encargo público como, por exemplo, cargo público eletivo.
- (B) o período de suspensão disciplinar não relevada pelo empregador ou cancelada pela Justiça do Trabalho.
- (C) a participação em greve, sem recebimento de salário.
- (D) a ausência ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador do Fundo de Garantia por tempo de serviço, decorrentes de atividades desse órgão.
- (E) a ausência por motivo de licença sem remuneração concedida pelo empregador tendo em vista a existência de motivo plausível.

45. Considere as seguintes assertivas a respeito do Conselho Curador do FGTS:

- I. A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante da Caixa Econômica Federal.
- II. Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social.
- III. Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.
- IV. O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

- (A) II, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.

46. Zacarias, empregado do Esporte Clube Bola Branca, subornou Mário e Diego, empregados jogadores do time de futebol do Esporte Clube Lago Azul, para que os mesmos apresentassem um péssimo desempenho e o time Bola Branca vencesse a partida. A Diretoria do Lago Azul descobriu o ocorrido e pretende dispensar seus empregados com justa causa, tendo em vista a prática de

- (A) desídia.
- (B) incontinência de conduta.
- (C) insubordinação.
- (D) ato de improbidade.
- (E) indisciplina.

47. No contrato de trabalho temporário, o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, NÃO

- (A) possui prazo mínimo, mas não poderá exceder seis meses, em qualquer hipótese, convertendo-se automaticamente em contrato individual de trabalho por prazo indeterminado.
- (B) possui prazo mínimo e nem máximo para ser celebrado devendo observar a demanda que gerou a contratação extraordinária.
- (C) poderá exceder de três meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- (D) poderá exceder de sessenta dias, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- (E) possui prazo mínimo, mas não poderá exceder trinta dias, em qualquer hipótese, convertendo-se automaticamente em contrato individual de trabalho por prazo indeterminado.

48. Gabrielle labora para a empresa H desde o ano de 2006. Em Janeiro de 2007 começou a realizar horas extras habituais, consubstanciada em uma hora extra por dia. Em Janeiro de 2010 a empresa H suprimiu as horas extras que Gabrielle prestava habitualmente. Neste caso, a empregada

- (A) não tem direito a indenização tendo em vista que estas horas extras já estão incorporadas na sua remuneração.
- (B) tem direito a uma indenização correspondente a um mês de horas extras suprimidas multiplicada por 3.
- (C) tem direito a uma indenização correspondente a um mês de horas extras suprimidas multiplicada por 12.
- (D) tem direito a uma indenização correspondente a doze meses de horas extras suprimidas multiplicada por 3.
- (E) tem direito a uma indenização correspondente a doze meses de horas extras suprimidas multiplicada por 4.

49. Habitação, energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho,

- (A) têm natureza salarial havendo súmula do Tribunal Superior do Trabalho neste sentido.
- (B) têm natureza salarial, havendo dispositivo expresso na Constituição Federal.
- (C) não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
- (D) não têm natureza salarial, exceto se, no caso de veículo, ele seja utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
- (E) têm natureza salarial, havendo súmula do Supremo Tribunal Federal neste sentido.



50. José, empregado da empresa X, há onze anos atrás, passou a exercer o cargo B, recebendo gratificação pela função exercida. Sem justo motivo, sua empregadora pretende revertê-lo para o seu cargo efetivo. Neste caso, a empresa X
- (A) poderá retirar-lhe a gratificação devendo indenizar José no valor da gratificação suprimida multiplicada por seis.
  - (B) poderá retirar-lhe a gratificação, tendo em vista que José não exercerá mais a função pela qual recebe a gratificação.
  - (C) só poderá retirar-lhe a gratificação se autorizado pelo sindicato da categoria, bem como indenizar José em um salário mínimo por ano de exercício da função.
  - (D) poderá retirar-lhe a gratificação devendo indenizar José no valor da gratificação suprimida multiplicada por onze.
  - (E) não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.

**Direito Processual Civil**

51. A respeito das condições da ação, considere:
- I. O interesse e a legitimidade são condições da ação que não podem ser apreciadas pelo juiz *ex officio*.
  - II. O interesse processual deve estar presente para propor e para contestar a ação.
  - III. Se o juiz tiver reconhecido a legitimidade das partes quando do deferimento da petição inicial, não poderá, por força da preclusão, reexaminá-la no momento da prolação da sentença.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em:
- (A) II.
  - (B) I e II.
  - (C) I e III.
  - (D) II e III.
  - (E) I.

52. João ajuizou ação de indenização contra o Plano de Saúde X, alegando ter ocorrido erro médico por parte de José, profissional responsável pela cirurgia a que foi submetido. Estando José obrigado, pelo contrato, a indenizar o Plano de Saúde X, em ação regressiva se este vier a perder a demanda, José deverá ser citado para integrar o processo através do instituto processual
- (A) do chamamento ao processo.
  - (B) da denunciação da lide.
  - (C) da nomeação à autoria.
  - (D) da oposição.
  - (E) da assistência.

53. Oferecida a reconvenção,
- (A) a extinção, por carência, da ação principal, impedirá o seu prosseguimento.
  - (B) o autor será pessoalmente citado para contestá-la no prazo de dez dias.
  - (C) a eventual desistência da ação principal não obstará o seu prosseguimento.
  - (D) será formado novo processo, que correrá em apenso ao principal, mas de forma independente e autônoma.
  - (E) serão proferidas sentenças diferentes, uma no processo principal e outra no processo da reconvenção.

54. Caberá ação rescisória, dentre outras hipóteses, quando a sentença de mérito transitada em julgado
- (A) tiver sido proferida por Juiz Substituto.
  - (B) for injusta.
  - (C) não tiver examinado adequadamente a prova dos autos.
  - (D) puder ser revista face a documento de cuja existência a parte sabia, mas não juntou aos autos por esquecimento do advogado.
  - (E) ofender a coisa julgada.

55. Havendo no acórdão parte não unânime e parte unânime,
- (A) o recurso extraordinário que tiver sido interposto da parte unânime ficará sobrestado até o julgamento dos embargos infringentes, mas o recurso especial terá normal prosseguimento.
  - (B) os embargos infringentes que forem opostos ficarão sobrestados até o julgamento do recurso extraordinário ou especial.
  - (C) deverão ser interpostos simultaneamente, sob pena de preclusão, recurso extraordinário ou recurso especial da parte unânime e embargos infringentes, quando cabíveis, da parte não unânime.
  - (D) e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.
  - (E) o recurso especial que tiver sido interposto da parte unânime ficará sobrestado até o julgamento dos embargos infringentes, mas o recurso extraordinário terá normal prosseguimento.

**Direito Administrativo**

56. Para os fins da Lei nº 8.112/90, o servidor público federal investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua lotação, receberá a remuneração do órgão
- (A) cedente, quando a cessão for exclusivamente, para órgão ou entidade do Distrito Federal.
  - (B) ou entidade cessionária quando a cessão for para órgãos dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
  - (C) cessionário dos Estados, exclusivamente, quando a cessão for por prazo superior a 90 (noventa) dias.
  - (D) cedente, devendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na condição de cessionários, ressarcirem os cofres da entidade cedente ao término da cessão.
  - (E) cedente, desde que essa condição esteja prevista no respectivo ato e a cessão seja exclusivamente para órgão ou entidade do Distrito Federal.



57. O controle legislativo da Administração é
- (A) um controle externo e político, motivo pelo qual pode-se controlar os aspectos relativos à legalidade e à conveniência pública dos atos do Poder Executivo que estejam sendo controlados.
  - (B) sempre um controle subsequente ou corretivo, mas restrito à conveniência e oportunidade dos atos do Poder Executivo objetos desse controle e de efeitos futuros.
  - (C) exercido pelos órgãos legislativos superiores sobre quaisquer atos praticados pelo Poder Executivo, mas vedado o referido controle por parte das comissões parlamentares.
  - (D) exercido sempre mediante provocação do cidadão ou legitimado devendo ser submetido previamente ao Judiciário para fins de questões referentes à legalidade.
  - (E) próprio do Poder Público, visto seu caráter técnico e, subsidiariamente, político, com abrangência em todas as situações e sem limites de qualquer natureza legal.
- 
58. Em conformidade com a Lei de Improbidade Administrativa, (Lei nº 8.429/92), é INCORRETO afirmar que estão sujeitos às penalidades previstas nesse diploma legal, dentre outros, os atos praticados contra o patrimônio de entidade
- (A) que receba benefício de órgão público, bem como da entidade cuja criação o erário concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
  - (B) que receba subvenção de órgão público, bem como de entidade cujo custeio o erário haja concorrido com menos de cinquenta por cento da receita anual.
  - (C) para cuja criação ou custeio o erário concorra com percentual inferior a cinquenta por cento do patrimônio ou do orçamento, inexistindo, nesse caso, limitações à sanção patrimonial.
  - (D) que recebe incentivo fiscal de órgão público, bem como de entidade cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio.
  - (E) que recebe incentivo creditício de órgão público, bem como de entidades cujo custeio o erário haja concorrido com menos de cinquenta por cento do patrimônio.
- 
59. É correta a afirmação de que o exercício do poder regulamentar está consubstanciado na competência
- (A) das autoridades hierarquicamente superiores das administrações direta e indireta, para a prática de atos administrativos vinculados, objetivando delimitar o âmbito de aplicabilidade das leis.
  - (B) dos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, objetivando a fiel aplicação das leis, mediante atos administrativos expedidos sob a forma de homologação.
  - (C) originária dos Ministros e Secretários estaduais, de editarem atos administrativos destinados a esclarecer a aplicabilidade das leis ordinárias.
  - (D) dos Chefes do Poder Executivo para editar atos administrativos normativos destinados a dar fiel execução às leis.
  - (E) do Chefe do Poder Executivo Federal, com a finalidade de editar atos administrativos de gestão, para esclarecer textos controversos de normas federais.
- 
60. Entende-se por permissão de serviço público a
- (A) expedição de ato unilateral, discricionário e precário, em favor de pessoa jurídica ou física que comprove formalmente perante o poder concedente, a sua plena capacidade para a prestação do serviço.
  - (B) transferência através de contrato por prazo determinado e prévia licitação, na modalidade concorrência, celebrado pelo poder concedente com a pessoa jurídica ou consórcio de empresas, que tenha demonstrado capacidade para a sua prestação, por sua conta e risco.
  - (C) outorga mediante ato unilateral e precário, expedido pelo poder público à pessoa física ou jurídica que tenha demonstrado no decorrer do procedimento licitatório, capacidade para a prestação do serviço, por sua conta e risco.
  - (D) contratação mediante ato administrativo discricionário e precário, sem necessidade de realização do certame licitatório, de pessoa jurídica que comprove plena capacidade para a execução do serviço.
  - (E) delegação a título precário, mediante contrato de adesão e prévia licitação, objetivando a prestação de serviço público, formalizado entre o poder público e a pessoa física ou jurídica que tenha demonstrado, no procedimento licitatório, capacidade para a sua prestação.

**REDAÇÃO**

**Atenção:** Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

*Cientistas sociais dos EUA chegaram a algumas conclusões sobre como as pessoas reagem em situações de catástrofes e emergências naquele país. A primeira delas é que, ao contrário do que sugere o senso comum, vítimas costumam reagir com racionalidade aos acontecimentos. Pânico contagiante, fuga em massa, saques, ainda que possam ocorrer de forma esporádica, constituem o que autores como Enrico Quarantelli e Henry Fisher chamam de "mitologia do desastre". Emergências, dizem, tendem a despertar o altruísmo das pessoas, não o lobo que existe dentro de cada um de nós.*

(Adap. de Hélio Schwartzman. **Folha de S.Paulo**. Opinião. sábado, 15 de janeiro de 2011, p. 2)

Redija uma dissertação acerca do papel da **mídia** na criação e perpetuação de mitos. Utilize argumentos que revelem coerência e espírito crítico no tratamento do tema.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30